



Dia Municipal do Vigilante é celebrado na Câmara

Iniciativa foi da vereadora Marta Rodrigues, que defende maior reconhecimento da categoria



Crédito: Reginaldo Ipê

Vinte de junho é o Dia Nacional e Municipal do Vigilante. E a Câmara de Salvador realizou nesta quarta-feira (20) uma sessão especial no Plenário Cosme de Farias para homenagear a categoria. A iniciativa foi da vereadora Marta Rodrigues (PT).

De acordo com a parlamentar, “o principal desafio destes profissionais é enfrentar os retrocessos da reforma trabalhista, que foi

perversa na medida em que retirou direitos adquiridos”. Marta também pontuou que os vigilantes “precisam ter mais visibilidade e reconhecimento por parte da sociedade. Afinal, são profissionais que nos acolhem na porta do hospital, da escola, do banco, etc”. Ainda segundo ela, “desde a época da ditadura militar, os vigilantes lutam pelo reconhecimento de seus direitos”.

Marta Rodrigues também ressaltou o pioneirismo de Salvador na instituição do Dia do Vigilante. “A data municipal foi instituída antes da nacional”, reforça. No seu primeiro mandato como vereadora (2009 a 2012), ela apresentou o Projeto de Lei nº 64/2009, que originou a lei que institui o dia municipal.

A data nacional só foi instituída através da Lei Nº 13.136, 17 de Junho de 2015. A escolha de 20 de junho para estas homenagens é alusiva ao dia da sanção do marco legal que reconheceu a profissão (Lei nº7.102/83).

Valorização

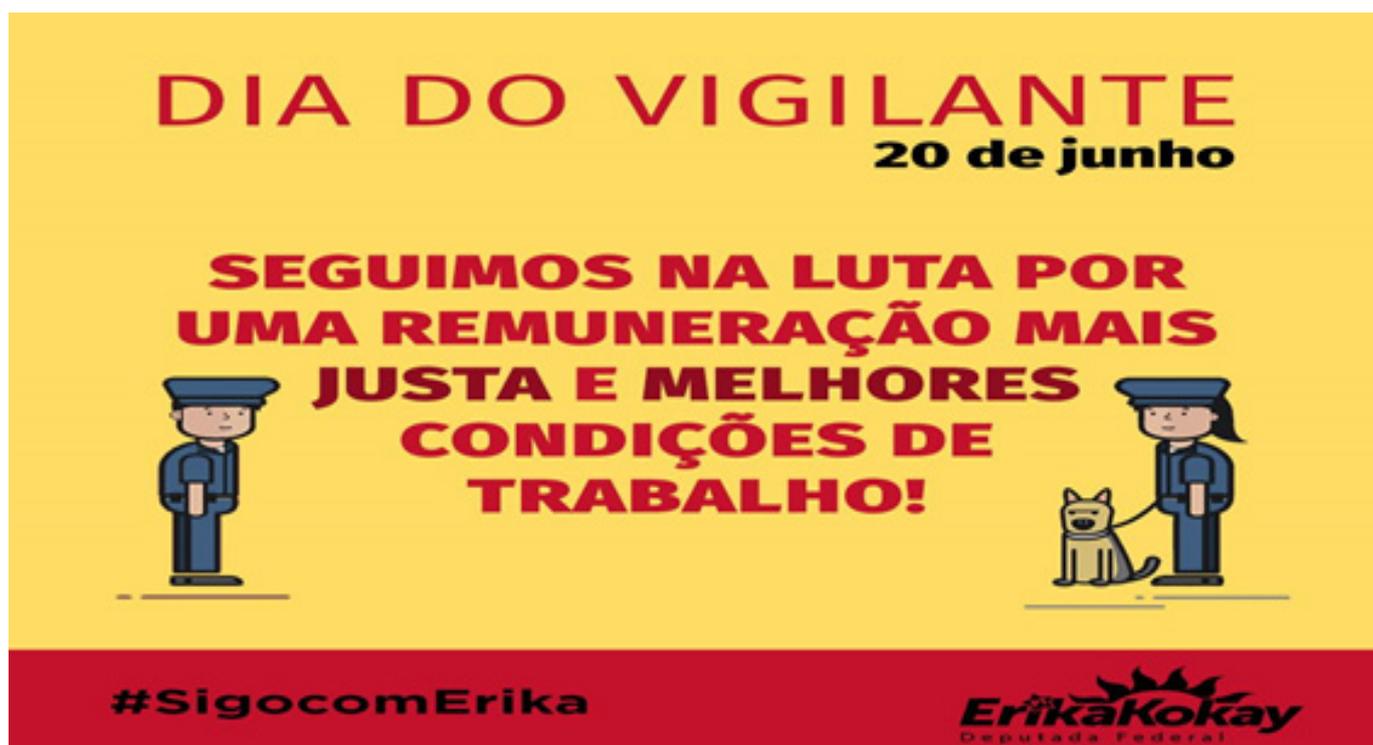
Segundo José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, “a nossa categoria precisa ser valorizada porque está em todos os locais protegendo a vida das pessoas”. Ele afirma que os principais desafios dos vigilantes são “a adoção do piso nacional para a categoria e mais segurança para o exercício do nosso trabalho”.

A supervisora técnica regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos (Dieese), Ana Georgina da Silva Dias, frisou que “além de numerosa, esta categoria é extremamente importante para a sociedade. Principalmente numa época de aporte reduzido de recursos dos governos para a segurança pública”.

O evento contou com apresentação musical de Lucimar e Sandro Ramos. Jadson Souza França declamou uma poesia em homenagem aos vigilantes.

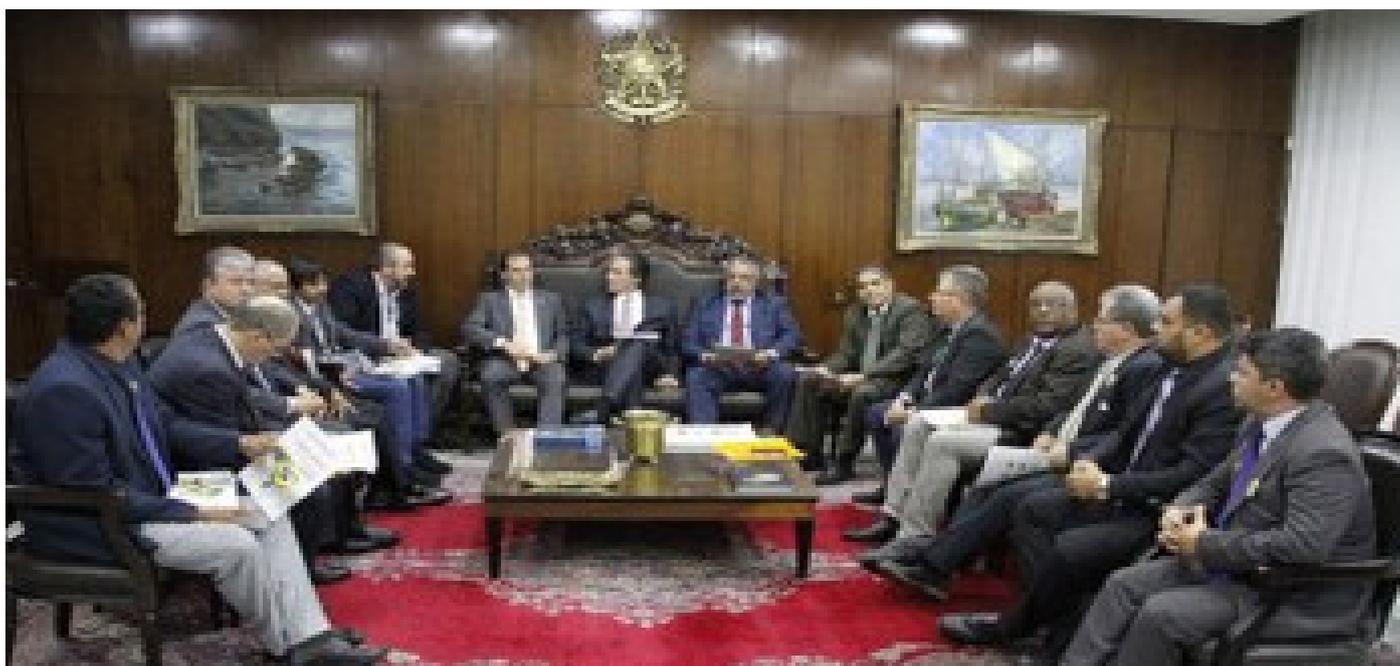
Também prestigiaram a mesa da sessão especial a deputada estadual Maria Del Carmen (PT), Édson Conceição, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública (Sindilimp-BA), o ex-deputado federal Luiz Alberto e Aristides Batista, representando o deputado federal Nelson Pelegriño (PT).

Fonte: Câmara Municipal de Salvador



Centrais entregam ‘agenda dos trabalhadores’ a líderes do Congresso

Propostas para o período após as eleições de outubro defendem a revogação da reforma trabalhista e do teto de gastos do setor público. Trabalhadores também querem preservar Petrobras e Eletrobras



Dirigentes são recebidos pelo presidente do Congresso. Eles querem revogação da lei de ‘reforma’ trabalhista

São Paulo – Representantes de centrais sindicais entregaram nesta quarta-feira (20) a líderes do Congresso a “agenda prioritária da classe trabalhadora”, documento aprovado no último dia 6 com propostas para o próximo período, a partir das eleições de outubro.

Dirigentes foram recebidos pelo presidente da Casa, Eunício de Oliveira (MDB-CE), que segundo eles lamentou a não tramitação da Medida Provisória (MP) 808, que “corrigiria” alguns pontos da “reforma” trabalhista (Lei 13.467).

Entre os itens da agenda, as centrais propõem justamente a revogação da lei, além da Emenda Constitucional 95, de congelamento de gastos públicos por 20 anos. Os sindicalistas propõem ainda valorização da negociação

coletiva, manutenção da política de valorização do salário mínimo, redução da jornada de trabalho, combate ao trabalho escravo e infantil e defesa de setores estratégicos, representados por Petrobras e Eletrobras.

“Este documento tem como base um debate das centrais sindicais. Fala da questão do emprego, do desenvolvimento, do campo”, disse o secretário-geral da CTB, Wagner Gomes. “É um dia importante para as centrais. A agenda busca corrigir falhas da reforma trabalhista, que retirou direitos dos trabalhadores e até tenta quebrar a estrutura sindical”, acrescentou o 1º secretário da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, o Serginho.

Fonte: CUT

Com liminar favorável, Itaú deixa de pagar R\$ 26,6 bilhões em impostos

Ação se refere a lucros obtidos com a fusão do Itaú com o Unibanco



Em uma ação que se arrasta há anos, o Itaú conseguiu liminar na justiça que impede o Conselho Superior de Recursos Fiscais Administrativos (Carf) de recorrer de uma ação do Tesouro Nacional que envolve a fusão do Itaú e do Unibanco em 2008. Com isto, os cofres públicos deixam de receber com a transação cerca de R\$ 26,6 bilhões.

O Itaú originalmente ganhou o processo em abril de 2017. A maioria do conselho entendeu que a estrutura societária utilizada pelos dois bancos no processo de fusão, em 2008, foi legal. Para a maior parte dos conselheiros, não caberia cobrar Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por ganhos de capital, quando um patrimônio se valoriza ao ser vendido.

O Procurador Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no entanto, não concordou e decidiu recorrer da decisão. O banco levou o recurso aos tribunais e o juiz responsável pela supervisão do caso decidiu providenciar liminar favorável ao banco.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Lucro bilionário

Para a Receita Federal, a fusão gerou ganho de capital de R\$ 17 bilhões. Isso porque, em 2008, os acionistas do Unibanco receberam ações em duas etapas: primeiramente do Banco Itaú e depois da Itaú Holding (conglomerado que controla o banco). Segundo o Fisco, as ações foram emitidas por R\$ 12 bilhões, mas o Itaú recebeu R\$ 29 bilhões ao repassar os papéis aos acionistas do Unibanco.

Em julho de 2016, a Operação Zelotes da Polícia Federal (PF) prendeu o ex-relator do processo sob a acusação de que ele tinha cobrado propina do Itaú para votar a favor do banco. Segundo a PF, a própria instituição financeira denunciou o advogado e colaborou com as investigações. O conselheiro foi desligado do Carf.

PGFN recorreu da liminar

A PGFN já recorreu da liminar e aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região. O Itaú afirmou que entendeu que o processo administrativo contra o banco na Carf foi encerrado e considera que o recurso do Tesouro Nacional é incabível. O banco impetrou mandado de segurança para que o Judiciário reconheça que a decisão favorável ao Itaú é definitiva. A recomendação para o papel do Itaú é de compra e o preço alvo para o final de 2018 é de R\$ 66.

Com informações do Valor e do InfoMoney

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF